

ISSN 2176-5960



ΠΡΟΜΕΘΕΥΣ

Journal of Philosophy

n. 32 Janeiro Abril de 2020



## A NOÇÃO DE EXPERIÊNCIA E OS ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

**Lorena Sales de Almeida**  
Doutoranda em Ciências Sociais/UFBA

**RESUMO:** Este trabalho discute as contribuições que os estudos sobre as experiências, práticas e narrativas, podem trazer para as reflexões sobre violência contra a mulher. Será apresentada uma discussão teórica sobre o conceito de experiência social, difundido pela corrente fenomenológica e pela sociologia e filosofia da prática, possibilitando uma reflexão sobre as possibilidades analíticas que este “olhar” pode trazer, tanto teórica quanto metodológica, para os estudos focados em investigar contextos de violência contra a mulher.

**PALAVRAS-CHAVE:** Experiência. Ator Social. Prática. Violência doméstica. Filosofia.

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to discuss the possible contributions of the studies on the experiences, practices and narratives for reflections on domestic violence against women. A theoretical discussion will be presented on the concept of social experience disseminated by the phenomenological perspective and by the sociology and philosophy of practice allowing a reflection on the analytical possibilities that this vision can transmit, both theoretical and methodological, for the studies on this type of violence in the contemporary world.

**KEYWORDS:** Experience. Social Actor. Practice. Domestic violence. Philosophy.

## Introdução

As teorias sociais contemporâneas, conhecidas pela valorização da ação e dos atores, buscam superar a epistemologia das teorias “sistêmica”, propondo um novo fazer sociológico. A tradição da abordagem “sistêmica” (um grande exemplo é a teoria parsoniana), analisa a sociedade em sua totalidade, sob uma ótica holista, afirmando assim, que a sociedade é uma unidade funcional. Já nas abordagens contemporâneas ou as “novas sociologias”, de base fenomenológica, as noções de prática, experiência e vida cotidiana estão imbricadas e são ferramentas chaves para olhar o social. As teorias gerais, que buscam as normas dentro de uma perspectiva macrosocial, dão lugar as investigações que se preocupam com práticas, vida cotidiana, narrativas e atores, um olhar focado nas experiências dos atores sociais.

O objetivo principal deste trabalho é propor uma discussão acerca das contribuições que esta perspectiva teórico-metodológica pode trazer para estudos sobre violência doméstica contra mulheres. Este movimento de adentrar no universo da vida cotidiana, das experiências e situações de violência, pode ser um importante passo para refletir as abordagens investigativas sobre tal questão. Analisar as taxas de violência doméstica ou a efetividade das leis de amparo às vítimas são de fundamental importância, mas tais estudos não possibilitam compreender as tramas que envolvem tais situações ou as particularidades inerentes a cada contexto social onde essas experiências são vividas. As violências contra as mulheres se manifestam de diferentes formas e se fazem presentes nas mais diversas situações, e é sobre a utilização de abordagens mais atentas às tramas que envolvem essa questão que este trabalho se debruça.

Nos últimos anos, dentro dos estudos sobre violência, começaram a surgir pesquisas que analisam a vivência, os relatos e a experiência de mulheres afetadas pelas situações de violência doméstica, porém ainda é preciso apurar o “olhar” para as diversas dimensões da experiência da violência: o momento da agressão propriamente dito, as interações com o agressor, as emoções que emergem nos momentos subsequentes. É preciso também, inserir outros atores nestas cenas, como os agressores, a família, os vizinhos, é preciso estar atento à diversidade de experiências envolvidas. O trabalho de Maria Filomena Gregori ‘Cenas e Queixas’, publicado nos anos 90 foi pioneiro em estudar a violência contra as mulheres sob a ótica relacional, ou seja, relativizando a perspectiva dominação-vitimização e dando destaque aos contextos das situações de violência.

Do ponto de vista filosófico, os estudos que partem desse pressuposto visam o reencontro com o sensível, com o real, com o “carnal”. O reconhecimento da prática como fundamental na construção da realidade é uma tomada de posição que emerge dessa abordagem. Nesta perspectiva, a experiência não é, somente, parte da narrativa dos sujeitos sobre os atos, mas é, em si mesma, composta pelas narrativas, pelas significações e interações concretas com os outros e com o meio. A noção de experiência social (DUBET, 1994) compreende que a sociedade é produzida por diferentes entendimentos, nem sempre congruentes, e a experiência também é formada por essas lógicas de ação heterogêneas.

A busca por uma reflexão de caráter filosófica neste trabalho se dá pelo reconhecimento de que as situações histórico-sociais não se dão descoladas das vivências subjetivas. Não pretendo aqui fazer dissociação entre o ser humano social e o cultural, o indivíduo e o ser social, as relações humanas são processos de complexas relações geradas por essas interconexões nas diferentes esferas da vida, e assim a ideia de experiência é elencada como importante categoria de compreensão do mundo.

### **Apontamentos sobre a noção de experiência**

Para compreender a relevância desta perspectiva nos estudos sobre violência doméstica contra mulheres, é preciso, antes de tudo, apresentar as ideias que embasam os estudos filosóficos e sociológicos sobre a experiência.

Embora o termo “experiência” seja amplamente empregado pelos cientistas, há pouca concordância e muita polêmica sobre o seu significado. Trata-se de uma noção que apresenta vários sentidos e, muitas vezes, é utilizado de forma demasiadamente vaga nas análises. Usualmente é concebida como ensinamento adquirido com a prática (quando se fala, por exemplo, em “experiência de vida”) ou como a confirmação dos juízos sobre uma realidade por meio de uma verificação sensível (as chamadas “experiências científicas”) ou então para indicar um fato de alguém suportar ou de sofrer algo (“experiência de uma dor”). (ALVES; 2006; p.1551)

Nas abordagens fenomenológicas, a experiência é a maneira pela qual os atores vivenciam o mundo, expressando um modo de ser neste mundo. Nesta perspectiva, a centralidade é a prática, o agir, compreendendo a experiência para além da habilidade de representar o mundo através de processos cognitivos. Isto posto, as ciências sociais que

partem dessa abordagem visam acessar o ponto de vista dos atores que vivenciaram situações concretas e como eles significam essas experiências.

Dubet (1994) elabora uma visão sobre a experiência que comporta a ideia de que, a sociedade é produzida por entendimentos diversos e contraditórios, levando à noção de que a experiência social é formada por lógicas e práticas heterogêneas. Dessa forma, a ação social é compreendida como a ausência de unicidade e repleta de múltiplas significações. É uma noção que indica as condutas individuais e coletivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no bojo desta heterogeneidade (DUBET, 1994).

O olhar para as práticas sociais a partir das experiências dos indivíduos é uma tentativa de análise que tem como base as ações para compreensão social. Portanto, a ação dos indivíduos é um ponto importante dentro desta perspectiva. Touraine (1984) afirma que a ação não é apenas a decisão, ele propõe observar a sociedade como construída por práticas, esta ação é orientada por princípios culturais, produzida nas dinâmicas particulares de cada indivíduo e formada sob determinadas circunstâncias temporais.

E a ação não é só decisão: é desígnio de orientações culturais, através das relações sociais conflituais. O conflito não é nem contradição nem revolta, mas forma social da historicidade, da produção da sociedade por si mesma. Pouco a pouco, para lá do evolucionismo, forma-se a análise de sociedades que por um longo período de crescimentos e de crises, de ameaças atômicas, de totalitarismos e de revoluções, convenceu que deveriam descobrir-se como produto de sua ação e não como a manifestação de uma natureza humana, de um sentido da história ou de uma contradição original. (Touraine ; 1984, p. 96)

Tal perspectiva apresentada por Alain Touraine busca fugir das análises aprioristas da vida social e pode ser encontrada também nas obras de Dubet. Se a compreensão da sociedade evidenciou fatores socialmente criados, poderíamos concluir que o desenvolvimento da própria sociedade se dá na construção das experiências sociais dos atores (DUBET, 1994). Por mais que as teorias clássicas reiterem a ideia de que o ator social é resultado da internalização da sociedade, não se pode negar que suas ações não podem ser reduzidas a um modelo unitário.

Ao se voltar para as práticas, o que se busca é descortinar, na própria diversidade das experiências singulares dos atores, os sentidos das ações e das experiências cotidianas. Schutz (1973) fala da vida cotidiana como uma “atitude natural” e nesta atitude, experimentamos o

mundo como não problemático, essa “atitude natural” estabelece as nossas experiências reais. Assim, pode-se dizer que o mundo da vida cotidiana é a própria “realidade humana”, que envolve as interações sociais vividas de forma refletida ou não, já que os indivíduos pressupõem que todos os outros compartilham uma existência corpórea e consciência análoga, que as coisas têm significados parecidos para todos e que podemos ser entendidos por outros indivíduos. As ações sociais não são elaboradas minuciosamente, elas acontecem, são práticas constantes. As experiências são múltiplas e as narrativas sobre elas também, cada pessoa constrói conhecimentos sobre suas experiências e esses conhecimentos são diferentes, pois os atores não são iguais, elas carregam diferentes biografias, experiências passadas e interações.

A experiência revela aspectos sociais e individuais, contém subjetividade e coletividade. O que se deve fazer ao estudar as experiências, é tornar visível a dinâmica, onde as práticas individuais e as apreensões advindas da sociedade se encontram. O que importa aqui, não são as grandes compreensões sobre os diversos mundos sociais, mas sim sobre a diversidade de narrativas, de significações dos indivíduos que fazem parte de uma dada sociedade. É a análise apurada das práticas particularizadas, dos microcosmos e das diferentes experiências de cada ator envolvido que buscamos valorizar.

Latour (2012 ) ao escrever sobre ação social, afirma que esta refere-se ao caráter heterogêneo dos elementos que formam os laços sociais, ou seja, os atores. Assim, observar as práticas sociais é enxergar essa heterogeneidade de atores, histórias de vidas e percursos narrativos envolvidos. De tal modo, esse movimento de olhar para o ator social é a base para uma sociologia da experiência. Segundo Dubet (1994) os sentidos assumem papel importante nas práticas, para lidar com os meios sensíveis usados na ação, cuja a mente tem um lugar significativo, os atores extraem e constroem significados que surgem daquela interação. A experiência inclui o fazer, o ver, o expressar, e também o recordar, aprender, refletir, transgredir.

Portanto, as ideias não são algo puramente mental, elas são fluxos com fases cognitivas e práticas. Uma determinada ideia não é exterior ao mundo prático, nem foge do intelecto, mas integra uma experiência complexa entre esses dois universos, sem experiência não existe vida e a relação que os indivíduos estabelecem com o mundo é concreta. Existir é interagir constantemente com os outros e com ambiente que o rodeia, é tomar decisões, agir, estar no mundo é despertar relações reais com os outros, é estar presente carnalmente, onde seu corpo age no mundo.

Só se compreende o papel do corpo na memória se a memória é não a consciência constituinte do passado, mas um esforço para reabrir o tempo a partir das implicações do presente, e se o corpo, sendo nosso meio permanente de ‘tomar atitudes’ e de fabricar-nos assim pseudopresentes, é o meio de nossa comunicação com o tempo, assim como com o espaço (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 246).

Outra grande contribuição teórica nas discussões sobre experiência é travada por John Dewey. Dewey (2010) entende a experiência como uma fase da natureza, onde ocorrem interações entre o indivíduo e o ambiente, sendo estes dois afetados nesta ação. Para ele, a experiência não pode ser reduzida a uma ação no presente, pois também diz respeito ao que foi aprendido no passado, além de se ligar ao futuro quando, frente a um problema, o sujeito pode aperfeiçoar a inteligência. A ideia de experiência geralmente está ligada ao conjunto de sentidos: ver, ouvir, sentir. Mas a experiência aqui descrita, relaciona tais sentidos com a interação e a cognição do agente, além de colaborar para a criação e manutenção de hábitos, passando a ser significativa nas ações no plano da vida cotidiana.

Essa perspectiva sobre a experiência difere das reflexões que têm como base leis transcendentais e metafísicas, pois está focada na experiência enquanto ação dos sujeitos. Na tentativa de superar a dicotomia entre corpo e mente, Dewey critica essa perspectiva de Descartes, que defende a subordinação da experiência a alma. Descartes é um dos principais pensadores que defende a tese dualista entre mente e corpo e divide os processos cognitivos em dois: a experiência sensível e o pensamento racional. Para Descartes (1973), o corpo é fonte de erros e um meio de conhecimentos enganosos da experiência.

Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos: ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez. (DESCARTES, 1973, p. 93-94)

A abordagem naturalista do filósofo John Dewey toma ponto de partida a experiência enquanto componente importante nas ações do sujeito, interferindo em sua trajetória de atuação no mundo social. A experiência para Dewey não é a sensação que está fora do mundo racional e que deve ser suplantada, mas um fluxo apreendido sem início e fim determinados. Esse fluxo é apreendido por meio dos sentidos na relação com as ações humanas.

Experiência é o instrumento para os indivíduos penetrarem e examinarem constantemente a natureza, não é uma simples observação distanciada dos elementos, mas sim uma maneira de aproximar o ator da natureza. Componentes que fazem parte da experiência como pedras, árvores, calor, acontecimentos, pessoas, animais, lugar, etc,

interagem entre si e não apenas fazem parte da experiência, mas são a própria experiência. Os seres envolvidos na experiência se afetam e a experiência é significada de formas diferentes para cada um. Sendo assim, “a simples presença física de um ser vivo já transforma o mundo físico” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 257).

Os indivíduos sofrem experiências e reagem ao mesmo tempo, pois é um ser vivo interagindo em seu ambiente, sente os acontecimentos, reage, reflete, adapta-se. Dessa forma, o que Dewey (2010) está enfatizando é que, não é o sujeito nem o objeto, nem a natureza ou o espírito, mas as interações entre eles que formam a experiência, esta é integração. As ideias e os fatos não existem se não existe experiência.

O olhar obtém mais ou menos das coisas segundo a maneira pela qual ele as interroga, pela qual ele desliza ou se apoia nelas. Aprender a ver as cores é adquirir um certo estilo de visão, um novo uso do corpo próprio, é enriquecer e reorganizar o esquema corporal. Sistema de potências motoras ou de potências perceptivas, nosso corpo não é objeto para um ‘eu penso’: ele é um conjunto de significações vividas que caminha para seu equilíbrio (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 212).

Se uma experiência é elástica, múltipla e com fronteiras incertas, pode-se dizer que as experiências estão vinculadas a outras em um arranjo de relações dentro de um contexto. Assim, a forma como as experiências são sentidas, apreendidas e significadas pelos atores, sofre influência de todos esses elementos, bem como das experiências passadas. A violência, por exemplo, é subjetivamente provida de sentido, pois é real para os atores sociais. E é real pois é vivenciada cotidianamente, e sentida no senso comum. Como afirmou Schutz (1973), o universo da vida cotidiana funciona como referência para os indivíduos e suas elaborações sobre o mundo. Esse significado é construído a partir de diversas referências do senso comum, de experiências passadas, e é mediado pela lógica socialmente legitimada.

Neste debate, o lugar das narrativas ganha destaque nas investigações sociais, pois estas representam um elemento importante na reflexão sobre as experiências. Para Arfuch (2010) apesar de haver uma busca pela lógica globalizante, homogênea e universal, o olhar atento às singularidades revela uma espécie de transcendência e percepção sobre as relações sociais contemporâneas. Analisar as narrativas, as biografias e autobiografias, é percorrer um caminho de descobertas das teias de significações das práticas reais. A elaboração do espaço biográfico é entendida, principalmente, como característica do mundo moderno-contemporâneo e de sua singular subjetividade. Este espaço se constrói a partir da multiplicidade narrativa, transitando, muitas vezes, entre o público e o privado, os quais estão em permanente interação.

A narrativa das experiências vividas, mais que um ato de relatar fatos, é parte da identidade do ator que narra. Na construção narrativa sobre suas experiências, os atores sociais não apenas relatam objetivamente os acontecimentos, elaboram discursos e constroem identidades, eles são um conjunto de vozes dialogicamente construído. Pensar em narrativas é delinear e percorrer o caminho histórico do espaço biográfico e suas memórias. Não se pode dizer que, a experiência deve ser reduzida ao discurso narrativo, mas é preciso reconhecer a estreita relação entre as experiências e as narrativas. A narrativa não é um anexo ou um apêndice da experiência, mas sim parte constituinte dela, contribuindo, inclusive, para a construção dos significados sobre tais experiências.

A experiência segundo Anthea (2015) define-se por situações e episódios que podem ser chamados de experiência reais, são as situações as quais vivenciamos e lembramos, fatos importantes na vida dos atores, algo catastrófico ou feliz, mas que é memorável. Esta experiência em si própria, é completa com início e fim, tem uma unicidade e se destaca dos acontecimentos que sucederam antes ou depois. Assim, uma experiência de violência doméstica envolve interação, reações, memórias, significações. Analisar tal fenômeno a partir das experiências dos sujeitos é adentrar nesse universo repleto de diversidades em suas manifestações e subjetivações.

### **A centralidade da experiência e a violência contra a mulher**

A violência é um dado da realidade cotidiana, não uma simples abstração ou operação mental, ela está presente nos corpos, nas ações, nas relações interpessoais concretas, afetando pessoas em situações específicas. Para compreender a dinâmica das ações que leva duas ou mais pessoas a entrarem em conflito e se agredirem, é preciso entender a ideia de situação. Thomas (2005) enfatiza que os significados sobre as violências estão relacionados com a definição de uma situação violenta, nutrida por experiências diversas. Essa maneira de observar o tema advém de uma reflexão pragmática, pois estabelece as experiências como componentes das situações de conflitos.

Thomas (2005) diz que a partir da definição de uma situação relatada por um indivíduo, o que pode acessar é a realidade vivenciada por esse indivíduo. Assim, se o indivíduo expõe uma situação como real, ela é real em seus efeitos. O sentido subjetivo que o ator atribui a suas experiências deve ser levado em consideração. Experiências que envolvem diversos atores são percebidas de formas diferentes por cada um, cada um imprime na

experiência a sua subjetividade. Portanto, pode-se afirmar que existe uma multiplicidade de agentes definidores e afetados em uma experiência desse tipo, o próprio indivíduo terá uma experiência particular e uma definição de situação diferente dos outros.

Há uma mudança significativa nesta tomada de posição epistemológica, o que se busca nesta perspectiva não é construir modelos lógicos e gerais sobre um fenômeno macrossocial, mas analisar as situações de violência conhecendo as dinâmicas que determinaram os cenários, as interações, os sentimentos, que só pode ser acessados a partir da imersão nas experiências dos atores. Tais ações nem sempre são previsíveis ou articuladas, são desencadeadas pelos mais diversos fatores.

Estas análises sobre as experiências de violência, fogem da linha conservadora e universalista e buscam estudar os fenômenos localizando-os em seu contexto histórico e cultural, criando e reformulando questões sobre violências levando em consideração a conjuntura e as particularidades dos atores. A violência não é a mesma de uma época à outra, ela tem um caráter mutável e dinâmico, transformando-se hoje, nos significados de suas manifestações mais concretas, nas narrativas elaboradas sobre as experiências, na forma como estas afetam as vidas dos indivíduos.

Como a violência é mutável e variável de acordo com os contextos sociais e históricos, precisa-se considerar as inovações nos modos de abordagem sobre tal tema. Há diversos raciocínios suscetíveis de constituir instrumentos de compreensão da violência, diversas tradições sociológicas, e pode-se mesmo considerar que não há teoria geral que seja capaz de dar conta da análise da violência, sobretudo, sobre violência contra a mulher.

Os estudos sobre violência dentro da sociologia partem de epistemologias e pressupostos diversos, mas que, constantemente, vêm mostrando que não cabe generalizar situações ou formular teorias abstratas sobre o fenômeno. Morin (1994) ressalta que é preciso discutir e estudar os fenômenos sem encerrar os conceitos, abrir as esferas fechadas, que estabeleçamos as articulações entre o que está desconexo, que tentemos incluir a multidimensionalidade, que pensemos com a singularidade, com a localização, com a temporalidade.

A violência de gênero praticada contra as mulheres pode ser entendida como aquela em que as vítimas são agredidas pelo fato de serem mulheres, embora isso não se restrinja ao âmbito das relações íntimas ou ao grupo familiar. A violência contra a mulher é todo ato de violência física, moral, sexual ou psicológica praticado pelo homem, que de alguma forma prejudica a mulher. A violência contra as mulheres pode ser entendida como uma forma de discriminação que produz efeitos devastadores na qualidade de vida das mulheres, podendo

levar à morte. Os problemas dela decorrentes afetam a saúde física, reprodutiva e mental de mulheres de diferentes grupos sociais, etários e étnicos no Brasil e em outras partes do mundo.

Não se pode deixar de pontuar as significativas desigualdades de gênero e poder que engendram as situações de violência contra mulheres. Para Butler (2004) gênero pode ser entendido como um conjunto de dispositivos que cria desigualdades de poder, a ideia de gênero está nas práticas e é criada na sociabilidade: ninguém cria e reproduz o gênero sozinho. Desse modo mulheres e homens performam papéis socialmente construídos e as experiências de violência compõem as tramas das relações de gênero.

Kimmel (2005) explica que ainda jovens, meninos aprendem que a violência não somente é uma forma admissível de se resolver conflitos, mas uma que é admirada.

Violência tem feito parte do significado de hombridade, parte das maneiras pelas quais os homens tradicionalmente testaram, demonstraram e provaram sua hombridade. Sem outro mecanismo cultural pelo qual garotos jovens podem vir a pensar a si mesmos como homens, eles avidamente abraçaram a violência como um caminho para se tornarem homens. (p.5)

O reconhecimento da violência contra as mulheres como um problema relevante de segurança pública e violação dos direitos humanos é um marco diferencial em seu processo de enfrentamento e também em suas investigações. Muitos estudos surgem com o intuito de avaliar a efetividade de leis e a importância das políticas de enfrentamento, mas muitas concluem que tais políticas não resultam numa diminuição das situações violentas, mas apenas em uma forma universalizante de tratar o problema.

É importante ressaltar as importantes conquistas legais sobre o tratamento da violência doméstica contra a mulher e vale destacar o papel relevante das pesquisas pioneiras sob um viés macrossocial do tema, porém chamo a atenção aqui para a importância de inovações metodológicas e epistemológicas que adentrem no universo de significações e experiências particulares vivenciadas por esses atores, a fim de obter um leque maior e diversificado de estudos sobre esse tipo de violência. Apesar dos conflitos domésticos no Brasil serem judicializados, permanece a dificuldade das estruturas legais em acolher questões mais particulares, posto que, de forma geral, o modelo de aparelho judicial é universalizante e pouco eficaz na elaboração simbólica dos conflitos e em observar a diversidade de contextos afetados por estas violências.

Enfatizando as experiências de violência doméstica contra mulheres, Gregori (1993) afirma que a violência conjugal contra mulheres é uma forma de comunicação (perversa e

violenta) em que mulheres e homens conferem significado às práticas. Para a autora, as mulheres não devem ser reduzidas ao papel como vítima, mas como atores que participam ativamente das situações de violência, elas tanto resistem quanto perpetuam práticas e ideias nos contextos violentos. “O discurso vitimista não só limita a análise da dinâmica desse tipo de violência como também não oferece uma alternativa para a mulher” (MACDOWELL; PASINATO; 2005;p.8). Desse modo, destaco a importância de novos olhares sobre as experiências de violência, dando lugar aos microcosmos de interações.

Para pensar os paradoxos que envolvem as relações violentas, em uma abordagem que não abandona as dinâmicas concretas e experienciais de que elas são revestidas, adotamos a perspectiva que acredita na coexistência de vários núcleos de significado que se sobrepõem, se misturam, e estão permanentemente em conflito. Na situação das relações familiares, por exemplo, cruzam-se concepções sobre sexualidade, educação, convivência e sobre a dignidade de cada um. Cruzam-se também posições definidas por outros marcadores ou categorias de diferenciação que implicam variadas posições de poder: geracionais ou etárias, marcadores raciais e também os relativos à classe e à ascensão social. Exercer uma posição é agir em função de várias dessas concepções, posições e marcadores, combinando-os mesmo quando são conflitivos. (Debert;Gregori, 2008, p.178)

Para apreender as práticas que geram experiências de violência doméstica contra as mulheres e as memórias de cada ator envolvido nesta trama, uma das abordagens mais significativas é a das narrativas. Para acessar tais experiências, o principal meio é a partir das memórias e falas sobre fatos concretos. O uso de narrativas de casos reais, vivenciados pelos atores, visa superar os limites de algumas análises que pretendem desvendar assertivas genéricas sobre ideias que poderiam orientar tais práticas. As experiências humanas são marcadas pelo ato de narrar, que é temporal e especial. Tudo que é narrado acontece num tempo/espaço específico.

Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91).

Os relatos não devem ser entendidos apenas como fontes de informações, mas como uma escolha de posição dos atores frente a situação, revelada nas narrativas. Estas não podem ser entendidas, somente, como uma tomada de posição frente aos outros, mas também perante si próprio. Assim, analisar narrativas sobre experiências de violência doméstica é explicitar o contexto relacional, “enxergando” questões invisibilizadas e delinear possíveis conexões

entre eventos, que a priori, parecem desvinculados. A ação e suas implicações devem estar ligadas na percepção, e assim é possível criar significados.

Por um viés fenomenológico, pode-se pensar a conexão da experiência humana com as dimensões temporais (presente, passado e futuro), visando superar a compreensão da relação temporalidade e experiência. Heidegger (1993) fala sobre o “ser-no-mundo” como a conexão entre o ser humano e o seu mundo próprio. O conceito de mundo é formulado para romper com a dualidade sujeito-objeto, o “ser-no-mundo” não é o sujeito frente a um objeto ou o contrário, o que existe é uma integração entre mundo e sujeito. O mundo não é o que o indivíduo mantém relação, mas sim é parte constituinte dele, a construção desse mundo é, também, a constituição do ser humano. Assim, cada caso de violência doméstica acontece em seu mundo próprio, pois o ser e o mundo estão em relação de co-pertencimento.

A experiência é constituída por este “ser-no-mundo” que orienta suas ações pragmáticas da vida cotidiana, nele está um acervo de conhecimentos que são base de referência para as ações e as significações do mundo a sua volta. Conhecimentos que nem sempre são organizados ou facilmente acessados, é através da construção da narrativa sobre a experiência que, tanto o ator quanto o investigador, o desvendam tais elaborações mentais e práticas. “Buscar a essência do mundo não é buscar aquilo que ele é em ideia, uma vez que tenhamos reduzido a tema de discurso, é buscar aquilo que de fato ele é para nós antes de qualquer tematização” (MERLEAU-PONTY, 2006, p.13).

Nos casos de violência doméstica contra as mulheres, uma teia de acontecimentos e atores se entrecruzam e formam a experiência da violência. Seja o agressor, a mulher que vivencia a violência, as pessoas próximas, como amigos e familiares, e cada um tem uma experiência particular e uma narrativa individual sobre ela. A experiência vivida por uma mulher que sofreu uma agressão física na face, que escondeu as marcas para não ser julgada, que vivenciou essa experiência por dias, não é a mesma de outra mulher que foi agredida, denunciou e procurou amparo dos parentes, assim como a experiência também é diferente para o homem que violentou a namorada e foi preso e vivencia esta experiência de outra forma. Cada um elabora significados diferentes para as ações e sente as consequências de maneira diversa, pois a experiência é única para cada indivíduo.

A experiência da violência está ligada a maneira que o ator se apresenta nos acontecimentos e como ele se faz presente nas situações concretas. Há ainda a necessidade de mais pesquisas sobre violência doméstica contra a mulher que acessem as concepções e visões de “vítimas” e “agressores” sobre as suas experiências, focalizando nas dimensões sociais e interacionais de construção dos significados e narrativas sobre tais experiências.

## Considerações finais

O objetivo geral deste trabalho foi apresentar uma possibilidade de reflexão sobre a violência doméstica contra a mulher, para além das abordagens tradicionais engessadas sobre esta problemática. Enquanto as teorias clássicas e os estudos de escopo mais amplo prezam pela busca de regularidades, normas e estruturas que orientem as práticas de violência, os estudos de base fenomenológica se debruçam sobre o universo de significados construídos nas práticas da vida cotidiana. Enquanto a perspectiva dita “sistêmica” parece estar subjacente em grande parte dos estudos filosóficos e sócio-antropológicos sobre violência, a proposta aqui é propor um olhar sobre as experiências e as narrativas que delas fazem parte.

A proposta deste debate não é deslegitimar os estudos de correntes epistemológicas diferentes, porém, é ampliar o “olhar” analítico para as práticas reais de violência, para os atores sociais envolvidos e perceber suas narrativas. Penetrar no mundo privado de cada indivíduo e perceber suas particularidades e como eles constroem suas práticas, suas experiências cotidianas é um movimento necessário no mundo contemporâneo. Há uma necessidade de mudança nas práticas de pesquisa sobre violência, as grandes teorias não dão conta da multiplicidade de contextos, de problemas, de significações que surgem no diferentes cenários.

O pesquisador precisa desenvolver um minucioso estudo sobre as formas pelas quais os atores sociais pensam e agem nas situações de violência doméstica, dando atenção aos processos de interação e narrativos que fazem parte da experiência dos indivíduos, pois a realidade está vinculada aos contextos de práticas específicas. John Dewey afirma que a experiência é a relação intrínseca entre a cognição e as ações realizadas. Buscando superar o dualismo mente/corpo, ele propõe a reflexão sobre a interação agente/meio possibilitando uma nova forma de analisar o real. A preocupação não deve ser a relação entre dois elementos antagônicos, mas sim, o dinamismo da experiência dos agentes no/com o mundo.

Desse modo, para acessar as práticas e as experiências dos atores envolvidos, uma importante ferramenta de estudo é a narrativa. Há o entendimento de que os relatos, descrições, significações formam a narrativa dos sujeitos sobre determinados acontecimentos e essas narrativas não se restringem ao que é dito, mas são parte constituinte do mundo próprio desse indivíduo. Abolindo as abordagens simplistas, a realidade social, aqui, não é

um conjunto de estruturas dependentes, mas formas de coexistência e processos de interação travados na vida cotidiana. As violências sofridas por mulheres em seus lares não deve ser reduzido a um simples resultado das relações de poder desiguais (fato macrossocial), mas são teias de práticas muito mais complexas que constituem experiências desse tipo. Uma experiência de violência não será igual para duas pessoas, pode ter características parecidas, mas cada experiência comporta contextos específicos, biografias, lugares, pessoas, sentimentos, efeitos, que fazem parte do mundo próprio de cada ator.

Perceber que as práticas de violência nem sempre são regidas por uma única lógica, as práticas são frutos de diferentes experiências sociais. Assim, o conceito de experiência traz em si um universo de possibilidades analíticas, desde escolhas teóricas a caminhos metodológicos. O caráter subjetivo da violência doméstica é composto por referências e tomadas de posições dos atores frente as situações reais, assim é constituído o significado de uma experiência de violência. Existir é estar no mundo, interagindo com os outros e com o ambiente.

## **Referências Bibliográficas**

ANTHEA, Wilson. A guide to phenomenological resource. *Art & science. Research series*: 8, april 22, v. 29, no 34, 2015, p. 38-43.

ALVES, Paulo César. A fenomenologia e as abordagens sistêmicas nos estudos sócio-antropológicos da doença: Breve revisão crítica. *Cadernos de saúde pública*, 22(8), 2006, pp. 1547-1554.

ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

- BUTLER, Judith. *Undoing gender*. nova York, Routledge. 2004
- DEBERT, Guita Grin & GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, no. 66, pág.165-211. 2008
- DESCARTES, R. *Meditações. Discurso do método. Meditações. Objeções e respostas. As paixões da alma. Cartas*. Tradução de J. Guinsberg e Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- DEWEY, John. *Arte como Experiência*. Tradução de Vera Ribeiro, Martins Fontes, 2010
- DUBET, François. *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- JOVCHELOVITCH, Sandra.; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.
- HEIDEGGER, Martin. *Sein und Zeit*. Tübingen, Max Niemeyer, 1960. (Trad. bras. de Márcia Cavalcante, *Ser e Tempo*, Petrópolis, Vozes, 1993; volume I).
- KIMMEL, Michael. Men, masculinities and development. Capturado do site “I Simpósio Internacional ‘O Desafio da Diferença: Articulado Gênero, Raça e Classe’”. Disponível em < [http://www.desafio.ufba.br/conferencia2.html#\\_ftn1](http://www.desafio.ufba.br/conferencia2.html#_ftn1)>. Acesso em: 1 de maio de 2019.
- LATOURETTE, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura – 3ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2006.
- MORIN, Edgar. *Sociologia do micro Social ao macro Social*. Portugal: Editora Europa Americana, 1994.
- MACDOWELL Santos, Cecília., & PASINATO Izumino, Wânia. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios De América Latina Y El Caribe*, 16(1). 2005
- SCHÜTZ, Alfred. *Collected Papers I. The Problem of Social Reality*. The Hague, Martinus Nijhoff 1973.
- THOMAS, William, I. “La definición de la situación”, Trad. de Eva Aladro, *Cuadernos de Información y Comunicación*, número 10, 2005.
- TOURAINE, Alain. *O Retorno do Actor – Ensaio de Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.